

## CARACTERIZAÇÃO DA FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL A PARTIR DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS: O CASO DE MARINGÁ (PR)

Afonso Muzzo Alves

Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Ourinhos

muzzoalves@gmail.com

**RESUMO:** O processo de formação, estruturação e as respectivas tendências de diferenciação socioespacial deixaram marcas peculiares no espaço urbano de Maringá (PR). O objetivo desse trabalho é identificar dinâmicas contemporâneas que agravam e conferem novas formas aos problemas intrínsecos ao surgimento das cidades, buscando compreender os novos elementos que acirram as desigualdes e as rupturas socioespaciais. Para isso foram adotados procedimentos metodologicos que se apoiam na análise da qualidade de sociabilidade no âmbito urbano.

**Palavras-chave:** Maringá (PR), Fragmentação socioespacial, Análise de redes sociais.

**GT – 3. Cidades médias e reestruturação urbana: tendências empíricas e desafios teóricos**

### 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da pesquisa em andamento intitulada “Fragmentação socioespacial, um processo em curso: o caso de Maringá (PR)”<sup>1</sup>, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, vinculada ao Projeto Temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FragUrb)”, também apoiado pela mesma instituição de fomento à pesquisa.

As vicissitudes do espaço urbano ocorrem em meio a um conjunto de novas estratégias de produção do espaço, voltadas ao processo de acumulação capitalista. O espaço geográfico, enquanto produto e produtor das sociedades, revela inúmeros processos de uso ocupação e apropriação do solo urbano que geram padrões distintos segundo o perfil dos grupos de cidadãos, cristalizando significativos níveis de desigualdades socioespaciais.

Cada vez mais as novas lógicas da urbanização redefinem as formas de estruturação e reestruturação das cidades. O cotidiano nas cidades revela distanciamento, distinção e seletividades nas relações socioespaciais que modificam a sociabilidade urbana. O padrão de coletividade, em espaços públicos e entre os diferentes, fica cada vez mais inatingível e a disseminação do individualismo e dos grupos de interesse, fechados em suas formas de convivência, remetem ao caráter fragmentado do ambiente urbano. Neste contexto, a lógica da

---

<sup>1</sup> A pesquisa em questão é orientada pelo professor doutor Luciano Antonio Furini.

sociedade em rede parece gerar cada vez mais redes de sociabilidades seletivas incapazes de fomentar o direito à cidade.

Entre os novos problemas presentes no urbano destaca-se a fragmentação socioespacial, que é entendida como processo em curso e não como fato (PRÉVÔTSCHAPIRA; PINEDA, 2008); (SPOSITO; GÓES, 2013). Como ressaltado por Dal Pozzo (2015), as expressões da fragmentação socioespacial, particularmente em cidades médias, são recentes, e se tratando de cidade, esse processo caracteriza-se por uma ruptura, seja parcial ou até mesmo total, entre as distintas partes e entre os diferentes grupos que compõem a cidade.

A história da cidade é marcada por conflitos e transformações geradoras de desigualdades. A fragmentação socioespacial surge como um novo componente da reestruturação urbana, presente tanto em equipamentos urbanos como em práticas urbanas e é marcada pelo acesso desigual aos diferentes pontos da cidade, aos serviços que ela oferece e também aos direitos que cada indivíduo/grupo possui, divergindo totalmente do ideal de “direito à cidade” proposto por Lefebvre, (2001). “Ela não apenas vai contra essa noção, como aprofunda as desigualdades já existentes no espaço urbano, fomentando a desintegração social (entre os diferentes segmentos da sociedade) e a desarticulação urbana” (PRÉVÔT-SCHAPIRA; PINEDA, 2008, p. 79). Em um contexto de agravamento das problemáticas urbanas, juntamente com uma crescente influência do neoliberalismo na sociedade latino-americana no geral, em que a atuação do Estado vem se tornando cada vez mais discreta com relação aos problemas sociais, ondas de práticas individualizadas e de certo modo “egoístas” são cada vez mais recorrentes. A inclusão se torna um “produto” e não mais um direito (BOURDIEU, 2007).

Em momento político singular, o Brasil enfrenta mudanças significativas nos âmbitos econômico e social, marcadas por intensas polarizações em diversos campos. A cidade de Maringá (PR), inserida nessa realidade, passa por essas mesmas reestruturações, e é nesse sentido que se vê a relevância de um estudo mais aprofundado dessas novas dinâmicas presentes nas cidades brasileiras, neste caso, de uma cidade média<sup>2</sup> consolidada marcada por processos de

---

<sup>2</sup> O grau de sofisticação dos serviços que a cidade oferece se torna um componente essencial para analisarmos a abrangência/importância da mesma na rede urbana. “A posição relativa de cada lugar é dada, em grande parte, em função das técnicas de que é portador o respectivo meio de trabalho. Dessa maneira, a técnica constitui um elemento de explicação da sociedade, e de cada um dos seus lugares geográficos” (SANTOS, 2008, p. 59). Segundo Amorim (2016), as cidades médias detêm a capacidade de difusão do meio técnico-científico-informacional, intermediando o consumo no espaço urbano, posto isso, reconhece-se cidades médias como aquelas que cumprem uma função de intermediação mais dinâmica entre os demais pontos da rede urbana.

industrialização e urbanização, que neste momento é influenciada através de inúmeras dinâmicas, que resultam em um novo modelo de organização espacial e sobretudo novas práticas espaciais, (diferentes de acordo com o segmento da sociedade), agravando e abrangendo as desigualdades no espaço intraurbano. Posto isso, o conceito de fragmentação socioespacial é entendido por nós, como o mais apropriado para tratar da realidade contemporânea, pois inclui inúmeras formas de diferenciação socioespacial.

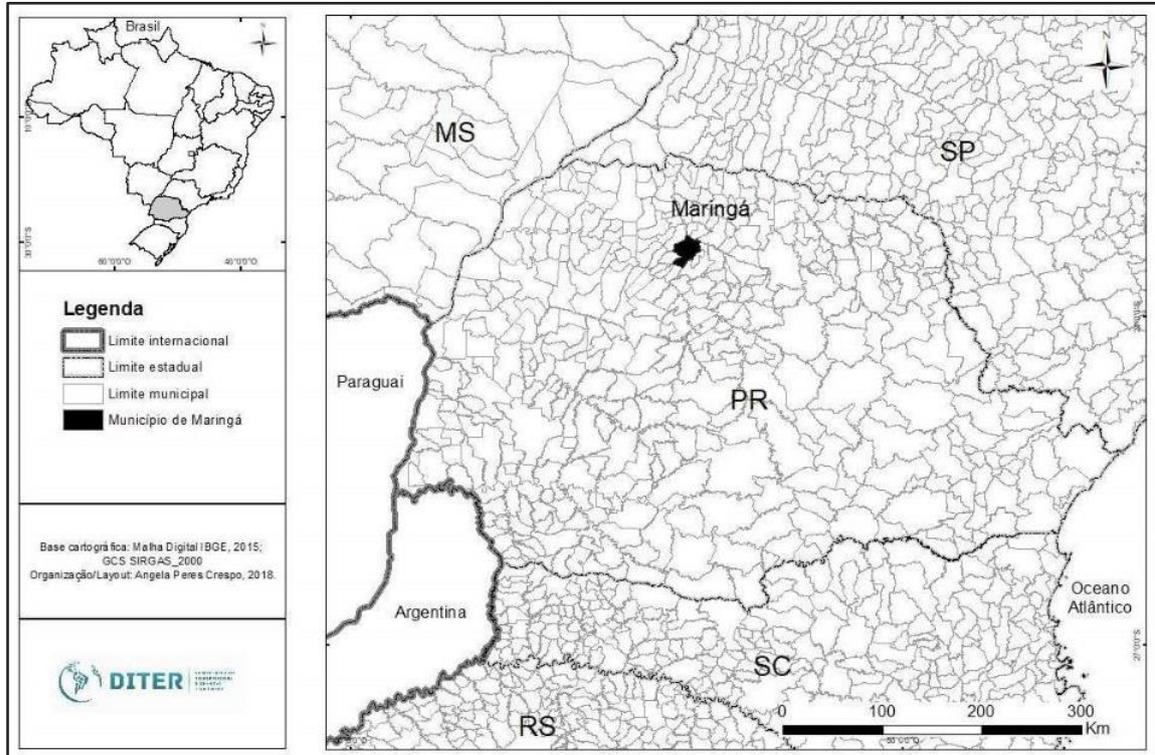
Nesse contexto, um dos objetivos desse estudo é compreender os padrões de relações socioespaciais que formam a base da fragmentação socioespacial por meio do acirramento das desigualdades e seletividades de acesso na cidade de Maringá (PR). Para isso, o presente estudo, teve como suporte metodológico a análise de redes sociais, pois ao nosso ver, essa metodologia traz possibilidades de análises específicas ao modo/padrão de sociabilidade que encontramos na cidade, um dos elementos determinantes no que tange ao distanciamento e as rupturas próprias da fragmentação. Bem como trazer alguns exemplos de reestruturação urbana que articulados com os padrões de sociabilidade maximizam as diferentes formas de diferenciação presentes nas cidades.

## 2 A CIDADE DE MARINGÁ

O município de Maringá está localizado na região norte central do Estado do Paraná, a cerca 441 Km de distância da capital paranaense e a 674 Km em relação a principal metrópole nacional, São Paulo (MARINGÁ, 2018). Maringá, apresentava em 2010 uma população de 357.077 habitantes (IBGE, 2010), e uma população estimada no ano 2018 em 417.010 (IBGE, 2018).

No que se refere aos aspectos da organização espacial, o município de Maringá apresenta uma peculiaridade referente ao processo de constituição de seu espaço, que é marcado desde o início pela segregação socioespacial. Isso se deve ao próprio modelo de planejamento, dito, como ideal antes mesmo da efetivação do projeto. Esboçada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1945), Maringá apresentava em seu projeto um plano com áreas delimitadas segundo pré-requisitos econômicos, onde, em seu centro localizava-se os núcleos residenciais de alto padrão, a oeste zonas “mais acessíveis” e próximo ao setor industrial, (no lado leste) encontrava-se a área residencial destinada às camadas operárias, como ressaltado por Barros e Rodrigues (2011), Rodrigues (2005) e Rubira (2016).

Figura 1 – Localização do município de Maringá no Estado do Paraná



A atividade imobiliária no município teve maior ímpeto no fim dos anos 40 e começo dos anos 50 do séc. XX, a venda de lotes urbanos já se inicia no ano de 1946 (RUBIRA, 2016, p. 338). Se utilizando do discurso de cidade modelo, o setor imobiliário se fez valer desse diferencial urbanístico que trazia consigo um padrão estético elevado, avenidas largas contendo canteiros, bosques floridos, pavimentação moderna e inovadora que seguia o relevo natural, tal modelo urbanístico pertencente ao paulista Jorge de Macedo Vieira. “Dando a possibilidade de segmentação do espaço por meio da classificação socioeconômica, assim as classes abastadas obtiveram espaços privilegiados de estética como também de infraestruturas básicas para vivência no meio urbano” (RODRIGUES, 2005, p. 65-66).

No contexto de expansão da economia cafeeira para toda região norte do estado do Paraná (em meados do séc. XX), em consonância com o plano urbanístico da cidade, acabou por potencializar o crescimento demográfico desenfreado da cidade, inicialmente projetada para comportar 200 mil habitantes, precocemente, até o ano de 1960 o município apresentava mais da metade da população que se tinha estipulado, e dez anos depois já totalizava, segundo dados do IBGE (2010), 121.374 habitantes. Essa eclosão populacional em um curto espaço de tempo

agravou a dinâmica segregadora oriunda do mercado imobiliário que, se apropriando da função do “planejamento” urbano, sob a filosofia sucessiva de hierarquização do tecido urbano, efetivou padrões de comercialização de acordo com o estágio da malha urbana, a partir do núcleo até chegar ao limite periférico da cidade. (RODRIGUES, 2005); (RUBIRA, 2016).

A cidade foi idealizada com o objetivo de se tornar um polo regional (GALVÃO, 2007, p. 31). Ao longo dos anos Maringá foi se consolidando como um centro regional, tornando-se ao lado de Londrina uma das principais cidades do norte do estado do Paraná. Essas duas cidades, que hoje são caracterizadas por uma representatividade significativa na rede urbana nacional são fruto de um projeto de desenvolvimento que envolveu toda porção setentrional do estado:

O processo de “(re)ocupação” das terras no norte do Estado do Paraná é produto de um empreendimento capitalista de escala regional no que diz respeito à implantação, mas articulado diretamente à escala internacional na sua concepção e viabilização, tendo à sua frente as estratégias privadas de organização do espaço no intuito de implantar cidades e vendê-las. [...] A gênese do processo de “(re)ocupação” do território que constituiu o norte central paranaense insere-se na conjuntura do imperialismo inglês e do endividamento externo brasileiro. Nessa conjuntura, realizaram-se interesses financeiros particulares de um grupo inglês, o N. M. Rothschild & Sons, por meio de um lobby representado em terras brasileiras por Edwin Samuel Montagu e, mais tarde, já no contexto norte-paranaense, por Simon Joseph Fraser – o autorizado emissário da casa dos N. M. Rothschild & Sons –, Arthur Thomas e Antônio Moraes de Barros, que juntos adquiriram 13.165 km<sup>2</sup> de terras no norte do Paraná, ao Governo do Estado. (AMORIN, 2015, p. 55).

Rodrigues (2004), em sua tese de doutorado, aborda a segregação socioespacial no contexto da cidade de Maringá e de seu entorno, onde mostra também que desde sua gênese Maringá sofre influência determinante no processo de organização de seu espaço intraurbano por parte mercado imobiliário, juntamente com as ações (ou a falta de ações?) do poder público para promover um espaço de igualdade, esses dois segmentos foram os principais responsáveis pela manutenção das definições do projeto original, de segmentação do perímetro urbano seguindo lógicas socioeconômicas de apropriação do solo urbano, que se materializam até os dias atuais.

Em um contexto mais recente, estudos realizados a respeito da distribuição de equipamentos urbanos enfatizam o modo de apropriação do solo urbano e suas consequências, resultando na precária distribuição de serviços elementares e infraestruturas básicas, atingindo principalmente os moradores de baixa renda das zonas periféricas da cidade. Evidenciando o descaso do poder público diante da problemática do planejamento urbano ao reforçar a participação de grupos de interesse da iniciativa privada em decisões que primam pela participação popular e pela efetivação das funções sociais da cidade (BARROS; RODRIGUES,

2011). Nesse sentido, convém sempre destacar que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (CF/1988, art. 182). O que pode ser “relativizado” quando não se fomenta a ampla participação popular e não se combate as estratégias de especulação imobiliária. O segmento imobiliário neste caso sempre teve papel preponderante no processo de organização (re)estruturação espacial da cidade.

### **3 FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL: ESPECIFICIDADES**

Considerando o processo urbanização como manifestação de um modelo desigual de desenvolvimento capitalista, onde as cidades se caracterizam como espaços extremamente desiguais. Diversos processos de diferenciação, segmentação, segregação e fragmentação desenvolvem-se, podendo ou não coexistirem ou mesmo entrar em confluência, dependendo do recorte geográfico, bem como suas peculiaridades qualitativas e quantitativas na análise da rede urbana.

Dal Pozzo (2011) enfatiza que, para que haja a compreensão das especificidades da fragmentação socioespacial, é necessário uma discussão prévia dos conceitos de diferenciação e segregação socioespacial. Segundo Catalão, Magrini e Lindo (2019), o processo de diferenciação socioespacial faz parte da realidade da cidade desde seus primórdios, sendo resultado da divisão social e territorial do trabalho que se materializa na própria organização espacial. “E a segregação socioespacial, (também como uma forma de diferenciação), ganha uma conotação no aspecto residencial, tendo diversas origens” (CATALÃO; MAGRINI; LINDO, 2019. p. 204).

Ainda nessa discussão, entretanto trazendo para um modelo mais recente de organização das cidades, a diferenciação espacial é marcada, também, pela presença dos espaços residenciais abertos contínuos com o restante da malha urbana, se distinguem socioespacialmente pela própria predominância de famílias de certa classe socioeconômica. Entretanto, mesmo separadas espacialmente, as relações, sejam conflituosas ou não, estão presentes na dinâmica da cidade (NEGRI, 2008); (DAL POZZO, 2011).

O processo de segregação socioespacial aparece, a partir do momento que a sociabilidade torna-se cada vez mais escassa na vivência do urbano. Um nível de ruptura no qual as relações são negadas, a mutualidade na cidade se torna mais seletiva. A segregação,

particularmente a residencial, implica na diferenciação da localização dos segmentos da sociedade por classe, e conseqüentemente em desiguais formas de acesso às facilidades da vida urbana, como: infraestruturas básicas, áreas de lazer e serviços públicos, como também, “isenções” aos problemas da cidade, que inclui a violência urbana e as precariedades estruturais (NEGRI, 2008); (DAL POZZO, 2011). “A segregação separa e hierarquiza o tecido urbano, pela própria expressão da homogeneização do conteúdo social de uma determinada porção espacial” (DAL POZZO, 2011, p. 272).

A cidade de Maringá (PR), principal centro da instituída<sup>3</sup> Região Metropolitana de Maringá (RM Maringá), se encontra em um momento de redefinição das dinâmicas urbanas. No que concerne à distribuição espacial dos diferentes segmentos da população, os loteamentos fechados vêm ocupando o protagonismo dessas novas lógicas (GALVÃO, 2007) (Figura 2). Estudos referentes ao aumento do número de Condôminos Residenciais Fechados, vem verificando a remodelagem do espaço urbano, em grande parte pelo afloramento desses novos habitats urbanos. Sposito e Góes (2013), em estudo realizado acerca de três cidades médias do interior paulista, buscaram compreender o que leva ao aumento desses empreendimentos e suas implicações para a cidade:

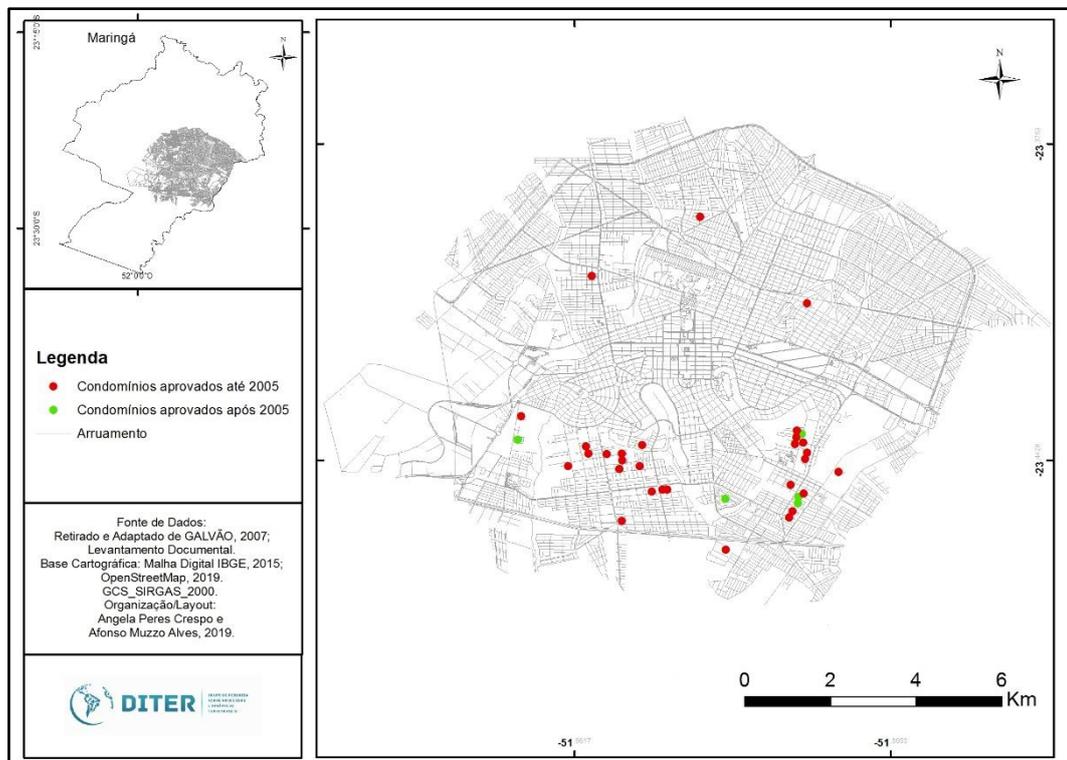
Esse amplo conjunto de alterações requer e determina transformações nas formas de articular o espaço e o tempo, tanto na escala da estrutura reticular das redes urbanas, menos hierarquizadas que antes, como no âmbito das cidades, por meio das práticas espaciais reveladas no cotidiano urbano. (...) novos habitats urbanos, uma vez que não representam apenas um novo modo de morar, mas sim novas formas de viver e de apreender a cidade e o urbano. (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 42)

A busca por homogeneidade espacial nos leva a pensar nas novas práticas espaciais, nos novos modos de viver, nos novos “valores” que fazem parte da cidade contemporânea. A demanda criada para residir em espaços fechados transforma as cidades não só no espaço da diferença, mas também no espaço das indiferenças (SPOSITO; GÓES, 2013). Aprofundando e agravando os problemas já existentes.

Figura 2 – Localização dos condomínios residenciais fechados horizontais

---

<sup>3</sup> A Região Metropolitana de Maringá foi instituída pela lei Estadual n. 83/98 e atualmente é constituída por 26 municípios. Esta região foi incluída como contígua no censo de 2000 do IBGE, ou seja recebeu destaque em separado como região metropolitana.



O conceito de fragmentação, guarda em sua essência a ideia de aprofundamento dos processos inerentes à segregação socioespacial, reforçando tal visão, o aumento do número de condomínios fechados possibilita um novo modelo de ruptura socioespacial. A segregação, acaba se transformando em um conceito limitado, no sentido de esclarecer as práticas presentes nas cidades (SPOSITO, 2011).

A autosegregação é um elemento muito significativo durante o processo de análise das redefinições no modo de se organizar o espaço intraurbano, esse fenômeno cada vez mais recorrente nas cidades brasileiras traz a necessidade de um olhar mais cuidadoso em relação a forma de organização de assentamentos urbanos residenciais. A opção por residir em um enclave se configura em uma “saída” para os problemas urbanos. Pelo menos com base no aumento desses espaços e no consumo dos mesmos, e pela própria representação criada e disseminada diante destes.

Magrini (2013), traz exemplos de representações acerca dos loteamentos fechados, não só em relação aos consumidores, como também por cidadãos que não residem nesses empreendimentos imobiliários, nesse sentido as simbologias e os estereótipos ligados a esse padrão de moradia não se restringe apenas a um segmento social. Entretanto, saindo do campo da

representação e do imaginário, o consumo se restringe a segmentos socioeconômicos bem específicos: aos de médio e alto poder aquisitivo.

Visto que, segundo Corrêa (2005), quem promove essa autosegregação, são promotores imobiliários e na maioria das vezes em conjunto com proprietários de porções de terras urbanas ou mesmo rurais (dependendo do estágio de desenvolvimento da malha urbana), estimulam o que o autor denomina de demanda *solvável*. Onde esses empreendimentos são direcionados estrategicamente às camadas da sociedade com maior poder aquisitivo.

Especificamente em relação a realidade de Maringá, Galvão (2007), analisando a obra de Caldeira (2000) coloca que rapidamente esses empreendimentos se tornaram fonte de ganhos para os investidores e agentes imobiliários. “Os anúncios desses empreendimentos tem como objetivo atrair as classes média e de alta renda, oferecendo modelos de diferenciação social através da exclusividade” (GALVÃO, 2007, p.60). Durante os trabalhos de campo realizados na cidade para a aplicação das entrevistas foi notório aspectos de representação diante desses espaços principalmente na fala de moradores de espaços residências fechados<sup>4</sup>.

A autosegregação vem a se tornar um novo componente no estudo das cidades, esse padrão socioespacial transforma a leitura do espaço urbano num processo muito mais desafiador, diante disso, como já ressaltado inicialmente o conceito de fragmentação socioespacial é entendido por nós, como o mais apropriado para tratar da realidade contemporânea, pois inclui inúmeras formas de diferenciação socioespacial. Cada indivíduo lida de uma forma específica diante dos problemas urbanos, e essa ação, muitas das vezes, está diretamente ligada à classe socioeconômica que um determinado indivíduo/grupo social pertence (SOUZA, 2005, p. 87).

Um das formas de materialização de rupturas socioespaciais se dá pelo surgimento de espaços residenciais fechados, “que acabam por legitimar o distanciamento, entre os distintos segmentos sociais, como também representam as novas lógicas de produção e consumo do espaço urbano” (DAL POZZO, 2015, p. 35). Em relação aos aspectos positivos da interação entre os “diferentes”, Souza (2005) traz uma reflexão no mínimo provocadora:

Menos segregação residencial tende a significar maiores chances de interação entre grupos sociais diferentes, e maior interação tende a facilitar enormemente a demolição

---

<sup>4</sup> Em sua tese de doutorado Magrini (2013), busca compreender os impactos do *imaginário das cidades inseguras*. A confluência de interesses de diferentes agentes juntamente com suas ações se configura na principal “fonte” de representações acerca das cidades, que prezam pela suposta necessidade de busca por relações de sociabilidade seguras. Com base nos objetivos traçados, aspectos de representação acerca das novas lógicas de estruturação das cidades são elementos determinantes na busca pela compreensão das desigualdades e seletividades de acesso a cidade dada a sua complexidade.

de pré-conceitos. Teme-se e odeia-se muito mais facilmente aqueles que, no fundo, não se conhece, embora se pense conhecer. (...) A convivência favorece a tolerância: a segregação realimenta a intolerância (SOUZA, 2005, p. 83).

A partir dos diversos apontamentos sobre os problemas agravados pela fragmentação socioespacial e os diversos problemas que engloba o urbano, resta-nos posicionar a temática frente ao conjunto de transformações atuais e analisar sua abrangência. A seguir trataremos dos aspectos de diferenciações e desigualdades socioespaciais em Maringá, e por fim a análise de redes pessoais como instrumento metodológico para identificação de possíveis vetores de fragmentação socioespacial.

#### 4 DIFERENCIAÇÕES E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Levando em conta o padrão de segmentação do tecido urbano da cidade de Maringá, desde de sua criação baseado em um padrão de diferenciação segundo “requisitos” socioeconômicos, e respaldado por um discurso modernista, no qual se enquadrava como *cidade-jardim*, “modelo de planejamento urbanístico que cumpria o estabelecimento de uma visão essencialmente funcionalista para o espaço urbano” (RODRIGUES, 2004. p. 28). Analisando o processo de constituição e desenvolvimento da malha urbana de Maringá, ainda encontramos padrões bem claros de exclusão de certa parte da população, Rodrigues (2005) faz o seguinte apontamento:

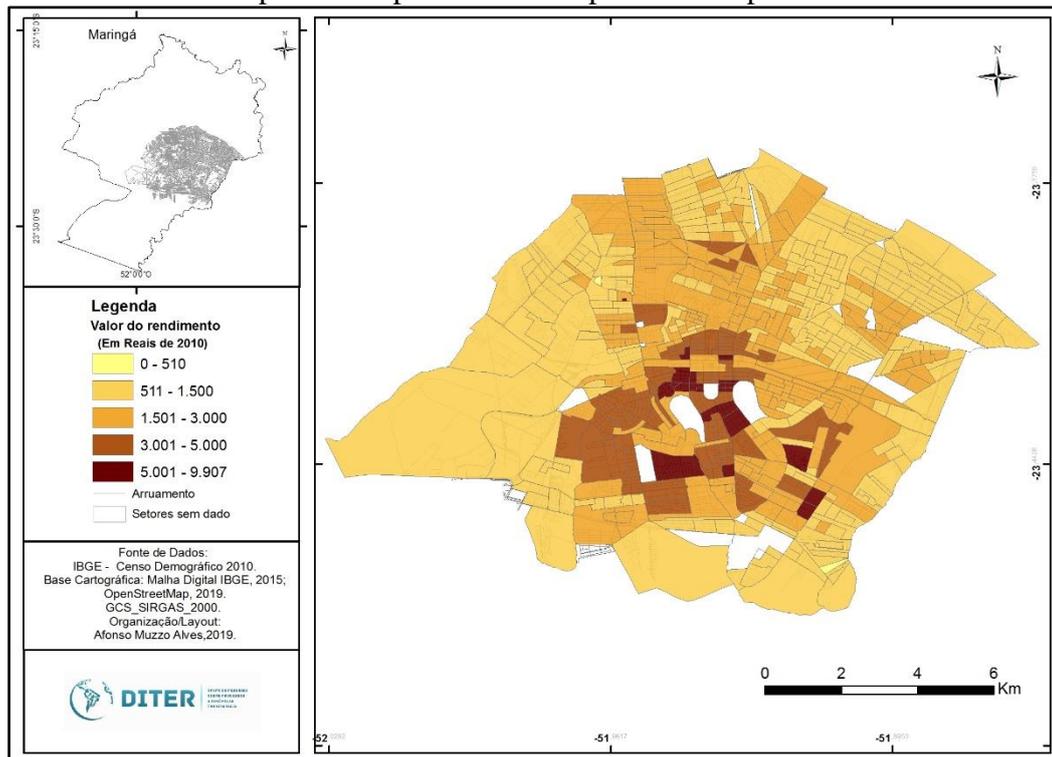
Além do afastamento da população de baixa renda para a periferia do perímetro urbano, ocorreram processos sociais, econômicos e políticos em Maringá que excluíram essa população dos próprios limites do município, afastando-a para cidades vizinhas, como Sarandi e Paiçandu, até hoje aglomerações urbanas desprovidas da infra-estrutura básica, presente em Maringá desde o início de sua fundação (RODRIGUES, 2005. p. 64).

Quando paramos para analisar a forma de organização e distribuição espacial atual dos diferentes segmentos sociais no espaço intraurbano conseguimos visualizar padrões de diferenciação/exclusão social bem definidos em Maringá. Esse padrão fica bastante evidente quando observamos o mapa de renda do perímetro urbano a partir dos setores censitários delimitados pelo IBGE.

Analisando a figura 3 (representando rendimento nominal médio mensal), percebemos que há concentração dos maiores rendimentos na porção centro-sul da cidade, coincidindo com o padrão de localização de espaços residências fechados apresentados na figura 2. Nesse sentido,

podemos confirmar, a tendência de se obter uma certa exclusividade através do crivo econômico, indo ao encontro dos apontamentos de Corrêa (2005) e Galvão (2007).

Figura 3 – Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes



Entretanto, a análise da fragmentação socioespacial não pode se limitar ao estudo comparativo entre padrões de diferenciações/segregação socioespaciais, necessita também do estudo do padrão de localização dos equipamentos urbanos, sobretudo os de consumo<sup>5</sup>. Diante dessa consideração Dal Pozzo (2015) faz a seguinte ressalva;

[...] deve-se asseverar que a fragmentação socioespacial não se trata de um processo que supera ou substitui a diferenciação e/ou a segregação socioespacial, mas, por outro lado, contribui - por meio do afastamento socioespacial entre as diferenças, no que tange às práticas de habitar e consumir a cidade - para modificar seus respectivos conteúdos, desvalorizando a diferenciação e sobrevalorizando a segregação socioespacial, sobretudo, em sua segunda forma de desdobramento, que é a autosegregação. [...] a fragmentação socioespacial é a expressão territorial de novas dinâmicas que envolvem, sobretudo, o processo de segregação socioespacial articulado às novas práticas espaciais reveladoras da segmentação do consumo do espaço urbano (DAL POZZO, 2015, p. 283).

<sup>5</sup> No livro Consumo Crédito e Direito à Cidade (2019), resultado do projeto temático “Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo”, Os autores trazem vários exemplos de redefinição/reestruturação nas formas de vivenciar a cidade e de consumi-la.

A identificação de processos de (re)estruturação intraurbana é essencial quando buscamos elementos e vetores inerentes a fragmentação socioespacial, passando desde a análise da distribuição de equipamentos urbanos, sejam eles públicos ou privados, dos mais diversos tipos, até chegar na forma de organização/distribuição espacial dos diferentes grupos socioeconomicos. Com base em alguns estudos já realizados sobre a distribuição de um alguns equipamentos urbanos podemos traçar caminhos para uma análise mais consistente e precisa diante das novas variáveis que fazem parte do contexto urbano da cidade de Maringá<sup>6</sup>

## **5 APLICAÇÃO DE ANÁLISE DE REDES SOCIAIS/PESSOAIS COMO METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DE VETORES DE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL.**

Diante da complexidade que abarca os estudos referentes à fragmentação socioespacial, a análise de redes sociais “surge” como frente metodológica capaz de trazer elementos singulares ao estudo de processos urbanos, principalmente, no que tange as características dos diferentes indivíduos que constituem as cidades e seus respectivos grupos.

No campo do estudo redes sociais coexistem inúmeros conjuntos de procedimentos metodológicos, diferentes de acordo com área de conhecimento, e a qual (is) objetivo (s) pretende-se chegar. Os procedimentos técnicos envolvidos nesse tipo de metodologia nos permite detectar padrões de relações entre indivíduos e grupos. Marques (2007), descreve um dos objetivos da análise de redes sociais da seguinte forma:

Em termos concretos, a análise de redes tenta reproduzir através de representações gráficas e matemáticas os contextos relacionais mais variados nos quais se inserem os atores sociais. [...] O fundamento teórico básico da análise de redes sociais é que os fenômenos sociais têm como suas unidades básicas as relações sociais, e não os atributos dos indivíduos. Neste sentido, o mundo social seria constituído ontologicamente por padrões de relação de vários tipos e intensidades em constante transformação (MARQUES, 2007, p. 35-36).

A forma na qual os resultados são apresentados se configura no principal diferencial em relação aos outros procedimentos metodológicos. De acordo com os resultados é possível identificar dinâmicas que os outros mecanismos não conseguiriam representar com o mesmo grau de especificidade.

---

<sup>6</sup> Levando em consideração que o presente estudo ainda está em andamento, nas próximas etapas da pesquisa serão realizados tanto mapeamentos de alguns dos equipamentos urbanos mais representativos no processo de redefinição das dinâmicas urbanas, quanto, também, levantamentos documentais diante da organização espacial de Maringá, a fim de trazer o maior número de elementos que contribuam para uma análise mais detalhada.

A qualidade da sociabilidade é um dos elementos centrais na identificação de vetores de ruptura dentro da análise da fragmentação socioespacial. A interpretação de redes pessoais ou sociais de diferentes indivíduos é fundamental para o reconhecimento de padrões de rupturas ou mesmo seletividades que permeiam o espaço urbano.

O trabalho de Marques (2007), se configurou como principal base desse estudo e como principal referencial para a aplicação da análise de redes em campo. Seguindo as diretrizes apresentadas em seu trabalho, a análise aborda as diferentes formas de interações sociais, de acordo com os perfis dos cidadãos.

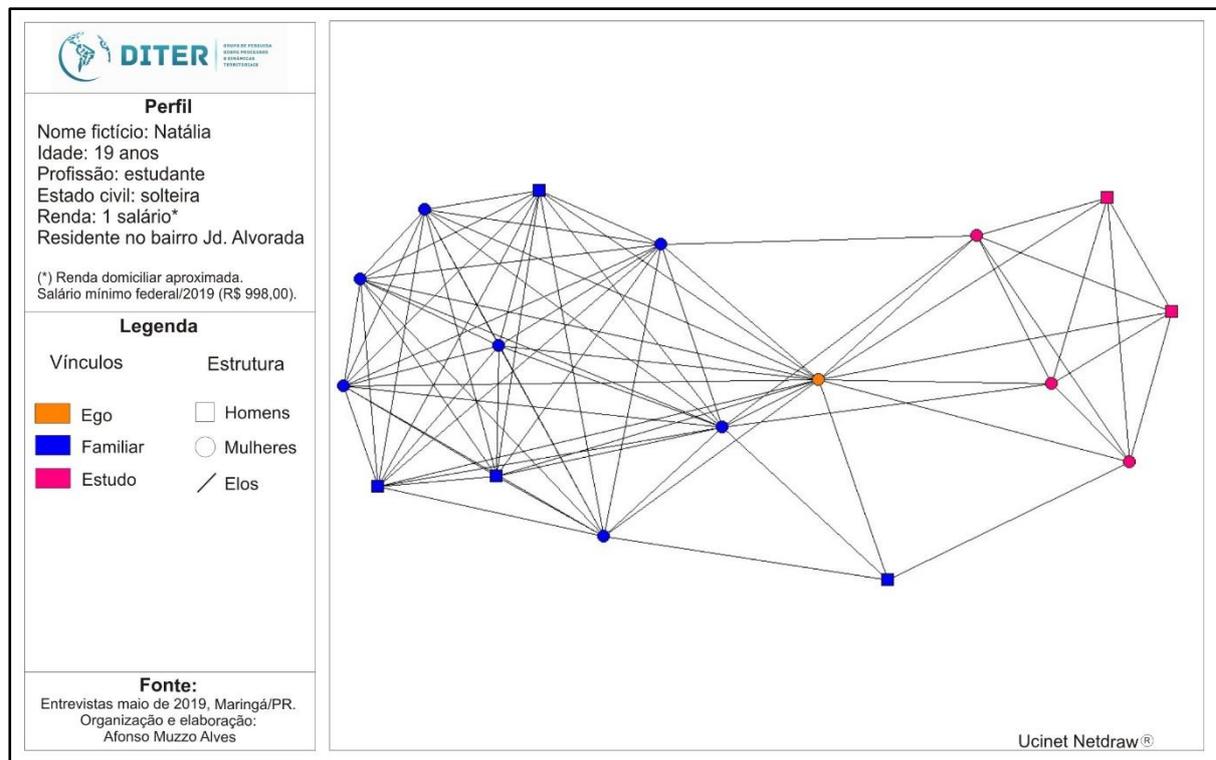
Dentro da proposta de pesquisa foram selecionados cidadãos moradores de condomínios horizontais/verticais de média e alta renda e residentes em bairros onde foi implantado o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, faixa 1.

Os questionários utilizados são compostos por três etapas. Na primeira são solicitadas informações básicas de perfil; na segunda solicita-se a lista de contatos por tipos de vínculos – familiar, religioso, trabalho, amizade, vizinhança, associativo e estudo – local dos contatos e tipos de contatos – presencial ou não; na terceira os entrevistados apontam quais contatos mantêm contato com os demais contatos da rede.

Com os resultados dos questionários foram organizadas tabelas e posteriormente gerados sociogramas utilizando os *softwares* Ucinet e Netdraw, tendo como objetivo destacar as principais características da sociabilidade, especificamente as conexões sociais da rede social pessoal (centrada no ego, ou seja no entrevistado).

A seguir serão apresentados três modelos de redes distintas:

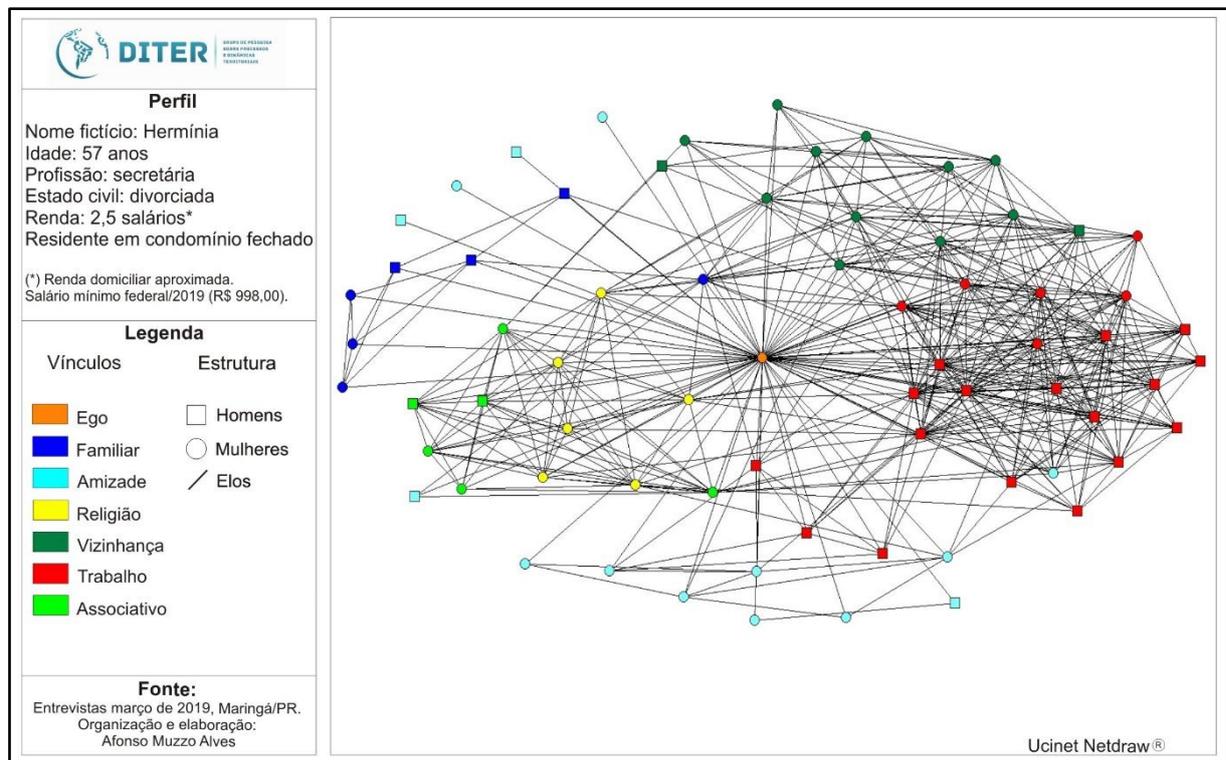
Figura 4 – Modelo de sociograma a partir do software Ucinet



O sociograma da figura 5 mostra a rede egocentrada de um dos entrevistados, trata-se de uma jovem de 19 anos que está cursando o último ano do ensino médio, reside em um bairro a onde foi implantado o PMCMV e atualmente sua rede contatos é composta por vínculos ligados apenas a família ou ao estudo. Caracteriza uma rede relativamente simples pois encontramos apenas dois tipos de vínculos, totalizando 16 nós<sup>7</sup> (sem contar o ego, que é representado pela cor laranja).

Figura 5 – Modelo de sociograma a partir do software Ucinet

<sup>7</sup> Cada ponto presente no sociograma é referente a uma pessoa que o entrevistado citou em sua rede contatos. Durante a aplicação dos questionários enfatizamos que o(a) entrevistado(a) deveria citar apenas pessoas com quem mantém contato regularmente durante o prazo máximo de 30 dias.

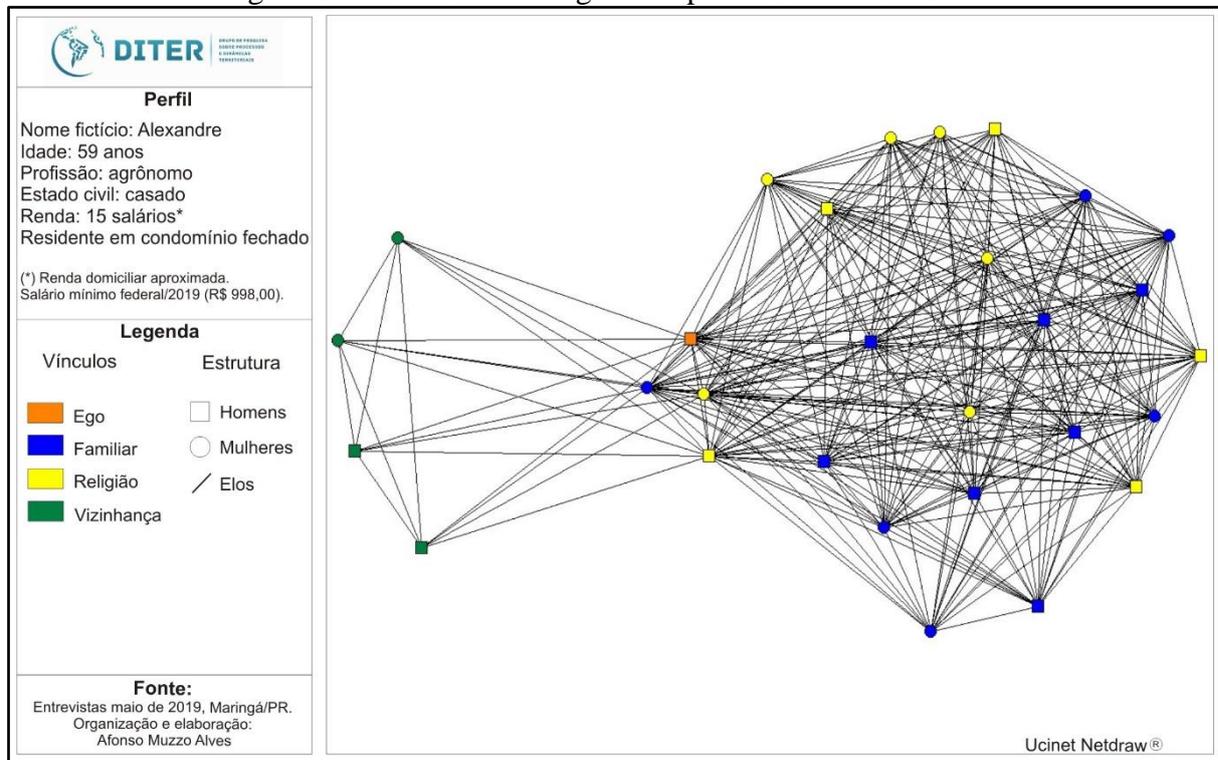


Já a figura 6 representa o sociograma de uma residente em condomínio, uma rede bem complexa pois contém praticamente todos tipos de vínculos (menos estudo), totalizando 70 nós, essa rede traz uma condição bem peculiar: pois, a entrevistada trabalha e reside no mesmo condomínio, essa situação é evidenciada quando analisamos os elos existentes entre os pontos em vermelho e em verde escuro que correspondem a vínculos de trabalho e vizinhança respectivamente. Outro ponto relevante, é a participação da entrevistada em um núcleo associativo (representado em verde claro) neste caso esse tipo de vínculo é explicado pois, a entrevistada faz parte de um grupo de oração específico da igreja na qual é líder, essa situação é ilustrada quando visualizamos os elos entre os pontos em amarelo e em verde claro “dois grupos” em que alguma medida se relacionam.

Esse último exemplo, apresenta uma rede relativamente simples, de um homem casado, agrônomo, , na qual encontramos apenas três tipos de vínculos (familiar, religioso e vizinhança) apesar de ter um número considerável de nós, um total de 28. O interessante dessa rede é que apesar de o entrevistado exercer uma função profissional, nenhum vínculo de trabalho aparece em sua rede, isso se deve ao fato que o entrevistado presta serviços a uma empresa que atua em diversas regiões do país, e justamente por esse motivo seus vínculos de

trabalho são todos externos à cidade de Maringá<sup>8</sup>.

Figura 6 – Modelo de sociograma a partir do software Ucinet



Em seu artigo Kaufman (2012) aborda a pertinência das teses de sociologia dos anos 1980 de Mark Granovetter sobre a função das relações sociais de “Laços Fortes” e “Laços Fracos”. Os Laços Fortes são marcados por compartilharem uma certa identidade. Nas redes em que encontramos o predomínio de Laços Fortes percebemos um alto nível de influência e “credibilidade” entre os nós envolvidos. Esses indivíduos comumente participam de um mesmo círculo social, analisando o sociograma acima fica evidente essa dinâmica quando observamos a coesão dos nós amarelos e azuis da figura 7, neste caso podemos perceber um círculo bem fechado se concentrado principalmente em dois tipos de vínculos.

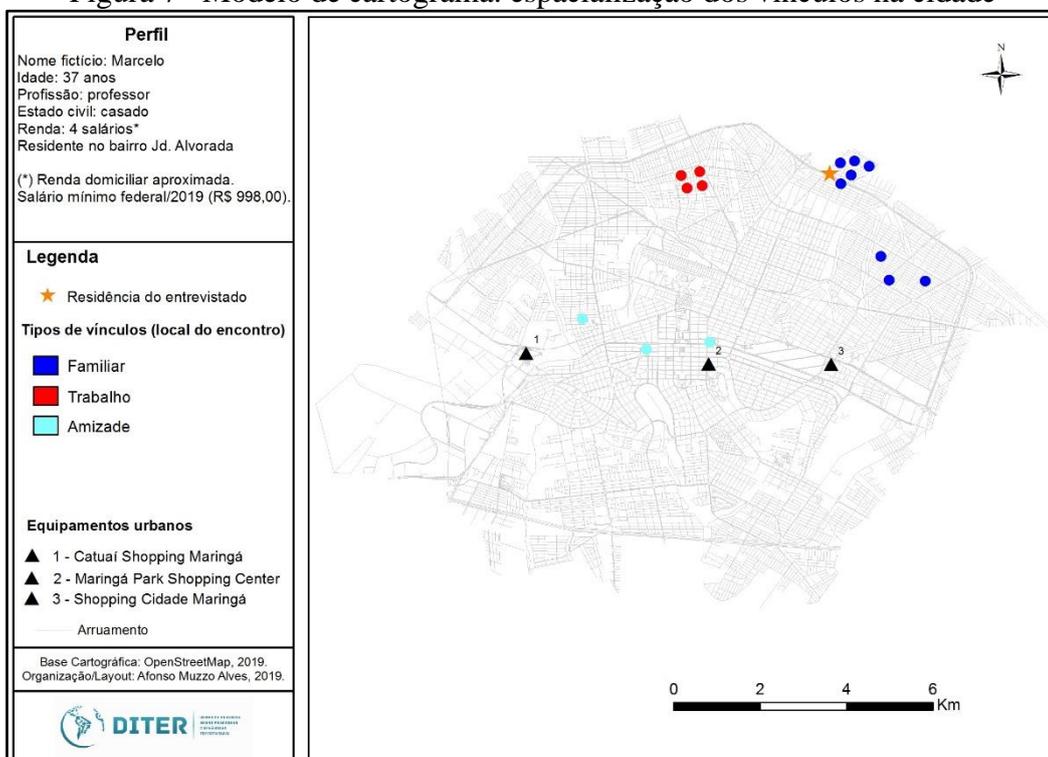
Já em relação aos Laços Fracos, eles são vitais para o processo intermediação de informações entre dois ou mais círculos sociais relativamente fechados. “Sistemas sociais carentes de Laços Fracos serão fragmentados e incoerentes” (KAUFMAN, 2012, p. 208).

<sup>8</sup> Durante o processo de estruturação dos questionários optamos por limitar previamente a rede de contatos dos entrevistados apenas ao espaço intraurbano da cidade de Maringá, visto que um dos objetivos é analisar qualidade da sociabilidade na cidade em questão.

No caso da figura 5 ao analisar o sociograma da entrevistada, é evidente que se trata de uma rede muito mais complexa e diversa, neste caso verificamos possíveis “Laços Fracos” que podem exercer um grau de intermediação de informações entre círculos sociais mais fechados.

O cartograma a seguir tenta demonstrar o nível de seletividade/ruptura de uma rede de contatos espacializando os elos na cidade, neste caso podemos visualizar ao mesmo tempo a seletividade que envolve os tipos de vínculos bem com a espacialidade dessas relações, variável importantíssima para obtenção de maiores detalhes na forma de se vivenciar o espaço urbano.

Figura 7– Modelo de cartograma: espacialização dos vínculos na cidade



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marcada desde do início por processos de diferenciação e segregação socioespaciais Maringá ainda apresenta na sua forma de organização e no próprio modo de distribuição das distintas classes socioeconômicas, padrões bem claros de exclusão. Em um contexto mais recente, processos de reestruturação urbana agravaram essas dinâmicas que colocam em cheque o direito à cidade.

Com base na análise de redes sociais pessoais, é possível identificar em alguma medida padrões de seletividade dos cidadãos, a partir da consideração dos tipos de vínculos existentes

em uma determinada rede, como também mensurar o grau de interação entre os mesmos e o tipo de relação existente, assim, apontando ou não para um processo de ruptura social (ou mesmo socioespacial). Com base em exemplos revelados no presente trabalho a lógica da sociedade em rede parece gerar cada vez mais redes de sociabilidades seletivas incapazes de fomentar o direito à cidade em sua plenitude social e espacial.

## 7 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, S. Redes Sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação. **Relatório final de pesquisa**, 2006. Disponível em: < [http://www.observatorioidaimprensa.com.br/download/Redes\\_sociais\\_e\\_tecnologias\\_digitais%20.pdf](http://www.observatorioidaimprensa.com.br/download/Redes_sociais_e_tecnologias_digitais%20.pdf) >. Acesso: 23 abr. 2019.
- AMORIN, E. M. J. C. **As cidades médias e suas múltiplas particularidades**: produção e consumo do espaço urbano em Marília - SP e Mossoró - RN. 2016. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.
- AMORIM, W. V. **A produção imobiliária e a reestruturação das cidades médias**: Londrina e Maringá/PR, 2015. 413 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2015.
- BARROS, F. P; RODRIGUES, A. L. Análise da Fragmentação Social do Espaço Urbano de Maringá (PR) Em Relação à Oferta De Equipamentos Urbanos e Sociais. **Rev. Geoinf.** Maringá. n. 1. p. 3-27, 1998. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br>>, acesso: 14 mar. 2018.
- BOURDIEU, P. **A Distinção**: Crítica Social do Julgamento. 1. Ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- BOVO, C. R. M. A contribuição da teoria da rede social, de Mark Granovetter, para a compreensão do funcionamento dos mercados e da atuação das empresas. **Revista Pensamento & Realidade**. São Paulo, v. 29, n. 3. p.135-151, 2014. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/index> >, acesso: 20 mai. 2019.
- CASA CIVIL. **Sistema Estadual de Legislação**. 2005. Disponível em:<<http://www.legislacao.pr.gov.br>>, acesso: 18 fev. 2018.
- CATALÃO, I.; MAGRINI, M. A.; LINDO, P. Urbanização, (Contra)Desenvolvimento e Direito à Cidade. Boletim de Geografia, Maringá, v. 37, n. 1, p. 199-213, 2019. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr>>, acesso: 28 mai. 2019.
- CORRÊA, R. L. **O espaço Urbano**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- DAL POZZO, C. F. **Fragmentação Socioespacial em Cidades Médias Paulistas**, 2015. 400 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2015.
- \_\_\_\_\_. Fragmentação Socioespacial: Práticas Espaciais do Consumo Segmentado em Ribeirão Preto e Presidente Prudente. **Revista da Anpege**, Nº 16, p. 279-324, 2015b. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>>. Acesso em: nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Territórios de autoss segregação e de segregação imposta**: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos. Presidente Prudente, 2011. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2011.
- EDA, M. G. et al. **Consumo Crédito e Direito à Cidade**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.
- GALVÃO, A. A. **Condomínios Horizontais Fechados: Segregadores ou Segregados?** Um Estudo de Caso no

Município de Maringá, 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Maringá, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>, acesso: 1 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas de população 2018**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>>, acesso: 3 set. 2018.

KAUFMAN, D. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. **Galaxia**, São Paulo, n. 23, p. 207-218, 2012. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/galaxia>>, acesso: 14 mar. 2019.

LAHIRE, B. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1393-1404, 2015. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022015001001393&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022015001001393&script=sci_abstract&tlng=pt)>, acesso: 10 jun. 2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGRINI, M. A. **Vidas em enclaves**. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos, 2013. 482 f. Tese. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2013.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal. **Nossa Cidade**. Maringá 2019. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=nossa-cidade/3>>, acesso: 20 mai. 2019.

MARQUES, E, C, L. **Redes Sociais, Segregação e Pobreza em São Paulo**, 2007. 176 f. Tese (Livre docência em Ciência Política)-Univesidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Estatuto da Cidade**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>>, acesso em: 4 jan. 2018.

NEGRI, S. M. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletâneas Do Nosso Tempo**. Rondonópolis, 2008. n. 8. p. 129-153. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>>. Acesso: 12 nov. 2018.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France; PINEDA, Rodrigo. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. **Eure**, vol. XXXIV, n.103, p. 73-92, 2008. Disponível em: <[https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612008000300004](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612008000300004)>, acesso: 23 ago. 2018.

RODRIGUES, A. L. A Ocupação Urbana da Região Metropolitana de Maringá: uma história de segregação. **Rev. Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba. n.108, p. 61-86, 2005. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/96>>. Acesso: 26 fev.2018.

RODRIGUES, A. L. **A Pobreza Mora ao Lado**: Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Maringá, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

RUBIRA, F. G. Análise multitemporal da expansão urbana de Maringá-PR durante o período de 1947 a 2014 envolvendo o Parque Municipal do Cinquentenário e as principais áreas verdes do município. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte. v.26, n.46, p. 333-361, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/P.23182962>>, acesso: 14 janeiro. 2018.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico científico-informacional. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.



SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes;\_(org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

SPOSITO, M. E. B; GÓES, E. M. **Espaços Fechados e Cidades: Insegurança Urbana e Fragmentação Socioespacial**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2013.